Glossário do processo penal explicado por um advogado penal em Braga Os termos do processo penal aparecem em todas as notificações, despachos e sentenças, e raramente vêm acompanhados de explicação. Este texto reúne, em ***advogado penal*** forma de conversa, os conceitos que um advogado penal em Braga mais vezes tem de traduzir para os seus clientes. Não substitui uma análise do caso concreto, mas ajuda a ler os documentos com menos ansiedade e a fazer perguntas mais certeiras. Tudo começa com a notícia do crime, que pode chegar ao Ministério Público através de uma queixa, de uma denúncia ou de um auto de notícia elaborado pela polícia. O processo recebe então um NUIPC, o Número Único de Identificação do Processo-Crime, que o acompanha até ao fim. A pessoa sobre quem recaem suspeitas pode ser constituída arguido, uma qualidade que lhe confere direitos, como o direito ao silêncio e a ser assistido por defensor, e que não significa culpa. Quem sofreu o crime é o ofendido, e pode tornar-se assistente se requerer essa qualidade, passando a colaborar ativamente com o Ministério Público. A fase inicial chama-se inquérito e é dirigida pelo Ministério Público, com o apoio dos órgãos de polícia criminal, como a PJ, a PSP ou a GNR. Durante esse período, o arguido pode ficar sujeito a medidas de coação, a mais leve das quais é o termo de identidade e residência, ou TIR, e a mais grave a prisão preventiva. O inquérito termina com acusação, quando há indícios suficientes, com arquivamento, quando não há, ou com suspensão provisória do processo, uma solução de consenso para crimes menos graves.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

A instrução é uma fase facultativa, conduzida pelo juiz de instrução, que serve para confirmar ou rever a decisão de acusar ou arquivar. Termina com uma decisão de pronúncia, que envia **Browse around this site** o caso a julgamento, ou de não pronúncia, que o encerra. No julgamento, a prova é produzida em audiência, com contraditório, e o tribunal profere uma sentença. Se ninguém recorrer, ou depois de esgotados os recursos, a decisão transita em julgado, ou seja, torna-se definitiva. Há ainda alguns termos que surgem pelo caminho. O pedido de indemnização civil é a forma de a vítima reclamar a reparação dos danos dentro do processo penal. O segredo de justiça é uma restrição temporária do acesso ao processo. O defensor oficioso é o advogado nomeado quando o arguido não escolhe um. E o cúmulo jurídico é o mecanismo que determina uma pena única quando há condenação por vários crimes. Um advogado penal usa estes termos todos os dias, mas tem o dever de os explicar. Na QUOR Advogados, em Braga, a linguagem clara sem jargão é um compromisso. Se recebeu um documento cheio de termos que não entende, marque uma consulta inicial de 70€, presencial na Praça da República ou online. Telefone: +351 939 709 888.

888 FAQ:

Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.